

***Investimento governamental em cultura e turismo
em Campina Grande, Paraíba: o Caso do “Maior
São João do Mundo”***

***Government investment in culture and tourism in
Campina Grande, Paraíba: the Case of the “Largest São
João Festival in the World”***

Kettrin Farias Bem Maracajá

Professora associada da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande/PB, Brasil.

E-mail: kettrin@gmail.com

Luan Dantas Garrido

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão dos Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande – PPGEGRN/UFGC, Campina Grande/PB, Brasil.

E-mail: luan_contabilidade@hotmail.com

Artigo recebido em: 07-10-2024

Artigo aprovado em: 25-02-2026

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar o investimento governamental em cultura e turismo pela Prefeitura Municipal de Campina Grande – Paraíba – Brasil. A metodologia baseou-se em dados secundários do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) de 2022 e 2023, adotando abordagem exploratória, caracterizada como estudo de caso com análise quali-quantitativa. Os resultados evidenciaram que a PMCG destinou recursos significativos para ações governamentais voltadas à cultura e ao turismo, reforçando a importância desses setores para o desenvolvimento local. Observou-se também a utilização de créditos adicionais para ajustes orçamentários, bem como a anulação parcial de recursos pelo Poder Executivo municipal, fator que pode limitar a implementação das políticas públicas e indicar desafios no planejamento inicial. A análise permitiu discutir como a alocação e a execução dos recursos influenciam o desenvolvimento cultural e turístico, destacando a necessidade de gestão orçamentária eficiente, planejamento estratégico, transparência e avaliação contínua dos resultados para fortalecer o desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Investimento governamental. Cultura. Turismo. SAGRES. Políticas públicas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze government investment in culture and tourism by the Municipal Government of Campina Grande – Paraíba – Brazil. The methodology was based on secondary data obtained from the System for Monitoring the Management of Society's Resources (SAGRES) and the Annual Budget Laws (LOA) for 2022 and 2023, adopting an exploratory approach characterized as a case study with qualitative and quantitative analysis. The results showed that the municipal government allocated significant resources to governmental actions related to culture and tourism, reinforcing the importance of these sectors for local development. The use of additional budget credits and the partial cancellation of resources by the municipal executive were also identified, which may limit policy implementation and indicate challenges in initial budget planning. The analysis highlighted how resource allocation and execution influence cultural and tourism development, emphasizing the need for efficient budget management, strategic planning, transparency, and continuous evaluation of results to strengthen sustainable local development.

Keywords: Governmental investment. Culture. Tourism. SAGRES. Public policies.

1. INTRODUÇÃO

O turismo é considerado um dos setores mais promissores, pois subsidia expressivos benefícios à sociedade em geral ao proporcionar crescimento e desenvolvimento nas esferas econômica, social, ambiental, cultural e política, desde que consolidados de maneira planejada sob o viés da sustentabilidade, por sua vez respaldada por uma das vertentes mais importantes da sociedade, que são as políticas públicas (Maracajá *et al.*, 2025) Galdino & Da Costa, 2011; Page & Connell, 2010).

No Nordeste do Brasil, as festas juninas configuram-se como grandes atrativos turísticos, carregando diversas tradições e manifestações culturais populares, disponibilizando opções de entretenimento para a população e estabelecendo variadas relações socioeconômicas e culturais nas comunidades onde se realizam tais festas. Atualmente, os festejos juninos transcendem aspectos formais, culturais e religiosos, dando lugar também aos anseios da mídia e das instituições comerciais (De Lima & de Flores & Bem, 2021; Quinn, 2005), a exemplo do São João de Campina Grande – Paraíba - Brasil, evento turístico que, ao longo dos anos, passou por inúmeras transformações, adquirindo extenso valor mercadológico no âmbito econômico regional.

Nesta perspectiva, a cultura do “Maior São do Mundo” possui grande relevância na preservação e divulgação dos patrimônios histórico-culturais da cidade de Campina Grande e é considerada a expressão máxima da cultura popular do Nordeste, com festejos juninos que unem música, gastronomia, artesanato e cultura popular, proporcionando o desenvolvimento do turismo local, a conservação da cultura e o desenvolvimento econômico local (De Lima, 2024; Matos, 2019; Getz, 2008).

Considerando, portanto, que o setor de turismo é amplo e multidisciplinar, pois contempla a geração de empregos, o aumento da rentabilidade familiar, as manifestações culturais, o estabelecimento de relações sociais e o desenvolvimento econômico, social e ambiental, fazem-se necessárias ações planejadas capazes de mensurar e controlar adequadamente o crescimento do setor e do território como um todo. Para tanto, a aplicação do planejamento em políticas públicas voltadas às atividades turísticas implica a união dos agentes essenciais: o setor público, o setor privado e a comunidade (De Souza *et al.*, 2025; Galdino & Da Costa, 2011; Hall, 2008).

Neste contexto, emergiu a problemática da pesquisa: como a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) gerencia as ações governamentais para direcionar políticas públicas voltadas às áreas da cultura e do turismo da cidade? Assim, este estudo teve como objetivo realizar uma análise técnica orçamentária da Prefeitura Municipal de Campina Grande, a fim de investigar o investimento governamental em cultura e turismo na terra do “Maior São João do Mundo”.

Para tanto, faz-se necessário identificar, no orçamento da PMCG, as ações governamentais direcionadas à área da cultura e do turismo; analisar o total dos créditos aprovados dessas ações governamentais, bem como os créditos adicionais destinados e os créditos orçamentários anulados que limitam o desenvolvimento dessas áreas.

Neste sentido, esta pesquisa apresenta os resultados de um estudo exploratório, caracterizado como estudo de caso, com abordagem qualitativa-quantitativa. Também foram utilizados dados secundários obtidos no Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES), do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) referentes aos anos de 2022 e 2023.

A justificativa deste estudo reside na lacuna identificada quanto ao uso do orçamento público como ferramenta de gestão analítica em Campina Grande - Paraíba. Embora a cultura e o turismo sejam pilares do desenvolvimento local, nota-se uma carência de mecanismos sistemáticos que avaliem como os recursos são efetivamente alocados e executados. Ao evidenciar que eventos de grande escala podem induzir uma maior flexibilidade orçamentária, esta pesquisa contribui para a literatura ao discutir como o "Maior São João do Mundo" influencia a lógica do planejamento público e a distribuição de recursos entre as pastas de cultura e turismo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A importância do turismo e cultura para o desenvolvimento local

No nordeste brasileiro, uma das expressões culturais mais características da região são os festejos juninos, nos quais se manifestam a identidade e os costumes locais fortemente atrelados às tradições religiosas (Gomes, 2025). No período do São João, a cidade de Campina

Grande – Paraíba - Brasil é estruturada para receber visitantes oriundos de diversos lugares do país e até mesmo do exterior, que buscam vivenciar uma experiência cultural, movimentando a economia local, gerando renda para as comunidades e transformando o turismo cultural no Nordeste (Dos Santos *et al.*, 2021; Flores & Bem, 2021).

O São João de Campina Grande, conhecido como o “Maior São João do Mundo”, celebra a cultura nordestina. A festa acontece no Parque do Povo, espaço construído com estrutura destinada à centralização dos festejos, localizado em uma área central da cidade, proporcionando shows musicais, apresentações das tradicionais quadrilhas juninas, além da construção padronizada de barracas para a comercialização de comidas e artefatos típicos da região, oferecendo também uma experiência gastronômica cultural para os visitantes (Matos, 2019; De Lima, 2024).

Em 2024, o evento ocorreu durante 33 dias, de 29 de maio a 30 de junho e, com a requalificação do Parque do Povo em um espaço com mais de 40 mil m², aquela edição foi considerada uma das maiores da história do evento (PMCG, 2024). Na edição seguinte, realizada em 2025, a festa teve duração de 38 dias, de 30 de maio a 6 de julho, consolidando-se novamente como uma das maiores edições, com ampliação da programação e elevado público participante (PMCG, 2025).

Neste contexto, os festejos juninos na cidade de Campina Grande e em cidades circunvizinhas constituem oportunidades de negócios para muitos empreendedores, envolvendo a confecções de roupas características de São João, a comercialização de produtos regionais, o varejo de bebidas e os serviços de hotelaria. Tais festas do Nordeste, em especial o “Maior São João do Mundo”, movimentam um grande volume de recursos financeiros, desenvolvendo e fortalecendo a economia local e proporcionando desenvolvimento para a região (Matos, 2019; Menezes, 2012). Para o ano de 2024, a Prefeitura Municipal de Campina Grande estimou um aumento significativo no público, indicando cerca de 3 milhões de visitantes, o que representou um aumento de 20% em relação ao ano anterior.

É importante destacar que o São João de Campina Grande passou por inúmeras transformações ao longo dos anos e que, embora seja considerada a maior festa junina do Brasil, atualmente possui grande valor mercadológico, pois cada edição reinventa elementos de uma festa junina tradicional (Cavalcanti *et al.*, 2025; Matos, 2019; De Menezes, 2012). O público também pode saborear uma gastronomia que vai além da tipicamente junina; o forró pé de serra

e as quadrilhas passaram por processos de profissionalização e sofisticação estética, além da diversidade musical contemplada no evento, que inclui desde música eletrônica até sertanejo e axé. Desse modo, o “Maior São João do Mundo” passou a apresentar características modernas, marcadas pelo hibridismo cultural (De Menezes, 2012; Quinn, 2005).

A sustentabilidade econômica e o impacto social dos festejos juninos em Campina Grande também são elementos cruciais para o desenvolvimento local (De Lima, 2024; Hall, 2008). Ainda de acordo com a autora, o influxo de turistas durante o período do São João contribui significativamente para a geração de empregos temporários e permanentes. Empreendedores locais se beneficiam diretamente dessa movimentação, desde artesãos e vendedores ambulantes até proprietários de pousadas e restaurantes. Esse ciclo econômico é essencial para a manutenção e crescimento dos pequenos negócios, que muitas vezes dependem da renda gerada durante este período festivo para se sustentarem ao longo do ano (Lima *et al.*, 2021).

Ademais, o São João de Campina Grande tem se consolidado como um importante atrativo turístico a nível nacional e internacional (De Lima, 2024; Getz, 2008). A prefeitura e os organizadores do evento têm investido em campanhas publicitárias e parcerias com agências de turismo para promover a festa em diversos estados brasileiros e em países como Estados Unidos e Portugal, atraindo, assim, um público cada vez mais diversificado. Essa promoção internacional não apenas amplia o número de visitantes, mas também eleva o prestígio da cidade como destino turístico cultural, ampliando seu reconhecimento global e fomentando um ciclo de crescimento contínuo (Lima, 2018).

Outro ponto relevante é a preservação e valorização do patrimônio cultural imaterial (Embratur, 2019). A festa de São João de Campina Grande funciona como um veículo para a transmissão de tradições e saberes populares, garantindo que as novas gerações mantenham vivas as danças, músicas, e práticas culturais que são parte intrínseca da identidade nordestina (De Lima, 2024). As quadrilhas juninas, por exemplo, não apenas entretêm, mas também educam participantes e público sobre a história e os costumes da região, reforçando um senso de comunidade e pertencimento (PBTUR, 2021).

A infraestrutura da cidade também se beneficia dos investimentos associados ao evento. A modernização do Parque do Povo e de outras áreas públicas, bem como melhorias nos sistemas de transporte e segurança, são essenciais não apenas para atender à demanda dos

turistas durante o São João, mas também para melhorar a qualidade de vida dos residentes (Lima, 2018; Menezes, 2012). Esses investimentos em infraestrutura criam um legado duradouro, que beneficia a cidade ao longo do ano e apoia outras iniciativas turísticas e culturais (Maracajá, de Farias Coutinho & Perinotto, 2023).

Finalmente, é essencial considerar a importância de um planejamento estratégico contínuo e sustentável para maximizar os benefícios econômicos e culturais do São João de Campina Grande (De Lima, 2024; Hall, 2008). As políticas públicas devem focar não apenas na realização anual do evento, mas também em programas de capacitação e suporte aos empreendedores locais, além de medidas que garantam a preservação ambiental e a sustentabilidade a longo prazo (De Lima, 2024). Com um planejamento adequado, a festa pode continuar crescendo de maneira equilibrada, garantindo que os benefícios sejam amplamente distribuídos e que o evento permaneça uma força motriz para o desenvolvimento local por muitos anos (Maracajá, de Farias Coutinho & Perinotto, 2023).

Esses aspectos ressaltam a complexidade e a importância dos festejos juninos em Campina Grande, demonstrando como a cultura e o turismo podem ser poderosos motores para o desenvolvimento econômico e social de uma região (Jornal da Paraíba, 2023). Com uma gestão eficiente e investimentos contínuos, a cidade pode continuar a prosperar, mantendo viva a rica tradição cultural do Nordeste brasileiro e transformando-a em uma alavanca para o progresso e a inclusão social (Lima *et al.*, 2021).

2.2 Orçamento público como ferramenta de Gestão

Além da clássica função de prever receitas e fixar despesas, o orçamento público é um instrumento fundamental para o Estado exercer sua atividade financeira, na medida que fornece informações que subsidiam os gestores no processo de tomada de decisão para a concretização dos direitos fundamentais (Jambersi & Oliveira, 2020; Brusa, 2008). Assim, a evolução do orçamento público tem incorporado novas funcionalidades, deixando de ser apenas um instrumento de confrontação entre receitas e despesas para assumir funções mais amplas, como o planejamento e a gestão eficiente dos recursos públicos. O orçamento por programas, por exemplo, tem promovido a eficiência no gasto público ao vincular as ações e recursos às políticas públicas e aos resultados gerados (Lourenço *et al.*, 2017; Wildavsky & Caiden, 2004)

Portanto, o orçamento público surge como um alicerce crucial do aparato estatal, sendo empregado para materializar políticas públicas e assegurar os direitos e garantias básicas estabelecidas na Constituição (Da Costa, 2017; Henisz, 2002). Além disso, ele incorpora um atributo intrínseco à democracia, representando as decisões tomadas pelos representantes eleitos pela sociedade. Por conseguinte, a população anseia que os recursos públicos sejam geridos de maneira eficiente e transparente, a fim de atender às suas necessidades e demandas (Da Silva, Amorim & Da Mota Pacheco, 2024; Shafritz & Hyde, 2016).

No Brasil, o sistema orçamentário tornou-se complexo e segmentado, envolvendo a promulgação de várias leis, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (Santos, Ventura & Neto, 2017; Giacomoni, 2021). Cada uma dessas leis desempenha um papel distinto no ciclo de planejamento e execução orçamentária, assegurando que o orçamento esteja alinhado com os objetivos e prioridades definidos.

Destarte, a capacidade de ajuste do orçamento público brasileiro permite ao Poder Executivo adaptar a execução orçamentária às condições fiscais e às necessidades emergentes. Os créditos adicionais são instrumentos utilizados para realizar esses ajustes, possibilitando a inclusão de despesas não previstas na LOA e o aumento de dotações que se mostraram insuficientes. No entanto, a utilização frequente desses mecanismos suscita debates sobre a eficiência da gestão orçamentária e aponta para a necessidade de aprimorar o processo de planejamento e execução do orçamento público (Restelli, 2022; Allen & Tommasi, 2001).

A implementação eficaz do orçamento público é essencial para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira a maximizar o benefício social e econômico (Grateron, 1999; Caiden & Wildavsky, 2004). Uma gestão orçamentária eficiente depende não apenas de uma previsão precisa das receitas e despesas, mas também da capacidade de adaptação às mudanças no cenário econômico e às necessidades da população (Neto, Ensslin & Ensslin, 2007; Diamond, 2006). O uso de ferramentas de monitoramento e avaliação, como o SAGRES, contribui significativamente para essa gestão, permitindo uma supervisão contínua e detalhada da execução orçamentária (Angélico, 2012; Campos & Pradhan, 2007). Segundo os autores, essa transparência e *accountability*¹ são fundamentais para fortalecer a confiança da população

¹ é o princípio segundo o qual indivíduos, organizações ou gestores devem explicar, justificar e assumir responsabilidade por suas ações, decisões e resultados, estando sujeitos à avaliação e ao controle por parte da sociedade ou de órgãos competentes.

nas instituições públicas e assegurar que os recursos sejam aplicados conforme os interesses coletivos.

Além de fornecer uma estrutura para a alocação de recursos, o orçamento público também desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento socioeconômico (Santos, 2021; Tanzi & Schuknecht, 2000). Por meio do orçamento por programas, os governos podem direcionar investimentos para áreas prioritárias, como saúde, educação, infraestrutura e segurança pública (Amparo, 2014; Hood, 1995). Esses investimentos são planejados e executados de maneira a alcançar metas específicas, como a redução da pobreza, a melhoria da qualidade de vida e o fomento ao crescimento econômico sustentável (De Lima & de Souza, 2015; Osborne & Gaebler, 1993). A vinculação dos recursos a resultados mensuráveis promove a responsabilidade e a eficiência na administração pública, garantindo que os gastos públicos gerem impactos positivos e tangíveis para a sociedade (Castelo, 2021; Behn, 2001).

A utilização dos créditos adicionais, como os créditos suplementares, especiais e extraordinários, é um aspecto relevante do processo orçamentário, pois permite ajustes necessários diante de imprevistos e novas demandas (da Rocha, Marcelino & Santana, 2013; Schick, 1990). Os créditos suplementares destinam-se a reforçar dotações orçamentárias que se mostram insuficientes, enquanto os créditos especiais são utilizados para despesas não previstas originalmente (Conti, 2020; Meyers, 1994). Já os créditos extraordinários destinam-se a atender despesas urgentes e imprevisíveis, como em casos de calamidade pública. A aplicação desses instrumentos deve ser criteriosa e transparente, para evitar abusos e garantir que os recursos sejam utilizados de forma responsável e eficaz (Iaroszeski, 2015).

Entretanto, a frequente necessidade de ajustes por meio de créditos adicionais pode indicar falhas no planejamento inicial do orçamento (Silva *et al.*, 2023). Isso ressalta a importância de um processo de planejamento orçamentário mais rigoroso e detalhado, que contemple todas as possíveis variáveis e necessidades (Santos, 2021; Fozzard, 2001). A integração de melhores práticas de gestão e planejamento, bem como a utilização de ferramentas avançadas de previsão e análise, pode contribuir para um orçamento mais realista e adaptável (Da Silva, Amorim & Da Mota Pacheco, 2024; Moynihan, 2008). Ainda de acordo com os autores, a participação ativa da sociedade e dos órgãos de controle, como os Tribunais de Contas, é essencial para fiscalizar e assegurar a correta aplicação dos recursos públicos.

Finalmente, o fortalecimento do ciclo orçamentário, que inclui elaboração, execução, monitoramento e avaliação, é fundamental para a eficiência da gestão pública (Giori, 2021; Lynn, 1996). De acordo com o autor, a adoção de um ciclo orçamentário bem estruturado, que incorpora *feedback* contínuo e permite ajustes dinâmicos, contribui para a melhoria contínua dos processos e resultados. A transparência, a participação social e a *accountability* são pilares desse ciclo, garantindo que o orçamento público não apenas atenda às necessidades imediatas da população, mas também contribua para o desenvolvimento sustentável e a justiça social a longo prazo (Meneses, 2023; Moore, 1995). Em resumo, a gestão eficiente do orçamento público é crucial para a materialização das políticas públicas e para a promoção do bem-estar coletivo, refletindo os valores e prioridades de uma sociedade democrática.

A análise do orçamento público no contexto do município de Campina Grande revela a importância de uma gestão orçamentária eficiente para a promoção de eventos culturais significativos, como o São João de Campina Grande – Paraíba - Brasil. Esse evento, um dos maiores e mais tradicionais festejos juninos do país, não apenas valoriza a cultura local, mas também impulsiona a economia, gerando emprego e renda para a população. A alocação adequada de recursos orçamentários para a área de cultura e turismo, conforme evidenciado pelas Leis Orçamentárias Anuais e a plataforma SAGRES, é crucial para garantir a realização e o sucesso de eventos dessa magnitude. Dessa forma, o orçamento público, quando planejado e executado com transparência e eficiência, torna-se uma ferramenta vital para materializar políticas públicas que promovem o desenvolvimento cultural e econômico, fortalecendo a identidade regional e atendendo às demandas da sociedade.

Nesse sentido, parte-se da hipótese analítica de que eventos culturais de grande escala podem influenciar a dinâmica orçamentária municipal, induzindo maior flexibilidade na execução financeira por meio de créditos adicionais e ajustes discricionários, alterando parcialmente a lógica tradicional do planejamento orçamentário.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada caracteriza-se como um estudo exploratório (Figura 1), pois buscou aprofundar o conhecimento de determinados temas e de suas relações, servindo de base para estudos futuros (Gil, 2008). Com o propósito de realizar uma análise técnica orçamentária da Prefeitura Municipal de Campina Grande,- Paraíba – Brasil, a fim de investigar o

investimento governamental em cultura e turismo na terra do “Maior São João do Mundo”, este estudo, de acordo com os procedimentos técnicos, caracteriza-se como estudo de caso (Gil, 2008; Yin, 2001).

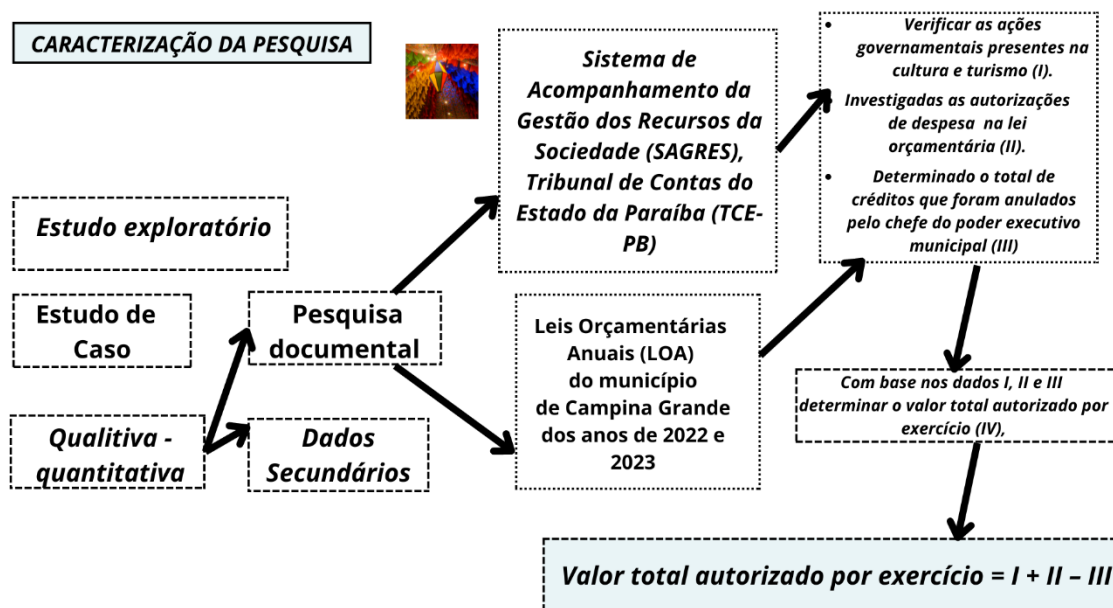
Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa classifica-se como qualitativa e quantitativa, pois, a partir da coleta de dados, foi possível empregar técnicas estatísticas que possibilitaram a formulação e interpretação de hipóteses, considerando o maior espectro possível de elementos presentes na realidade estudada (Marconi & Lakatos, 2003; Prodanov & Freitas, 2013). Para aprofundar os conhecimentos acadêmicos e científicos necessários à pesquisa, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica, abrangendo artigos científicos nacionais e internacionais, bem como obras já publicadas (Gil, 2008). Por fim, quanto aos resultados, a pesquisa pode ser classificada como aplicado, visto que envolve verdades e interesses de natureza local (Prodanov & Freitas, 2013).

Para fundamentar o aporte teórico do estudo, foi conduzida pesquisa bibliográfica baseada em autores clássicos da metodologia científica e em produções nacionais e internacionais relacionadas ao orçamento público, políticas públicas, cultura e turismo, incluindo artigos científicos, livros e documentos institucionais (Gil, 2008; Lakatos & Marconi, 2003; Flick, 2009). A seleção das fontes considerou critérios de relevância temática, aderência aos objetivos da pesquisa, atualidade das discussões e contribuição teórica para a análise proposta, buscando garantir consistência conceitual e rigor científico à investigação.

Quanto à finalidade, a pesquisa classifica-se como aplicada, por envolver conhecimentos direcionados à compreensão de uma realidade local específica e à geração de subsídios para análise e aperfeiçoamento da gestão pública (Prodanov & Freitas, 2013). Dessa forma, o estudo busca contribuir não apenas para o avanço acadêmico, mas também para o debate sobre planejamento e execução orçamentária em nível municipal.

Figura 1.

Metodologia utilizada na pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Para o desenvolvimento deste artigo, foram utilizados dados secundários obtidos por meio da pesquisa documental sobre o acervo de informações disponíveis no Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES), uma plataforma gratuita desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), que permite o acompanhamento das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e sua execução correspondente, incentivando e promovendo o controle social na administração pública nos níveis estadual e municipal. Além disso, as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) do município de Campina Grande, referentes aos anos de 2022 e 2023, foram analisadas como fontes secundárias.

A coleta de dados concentrou-se na identificação das ações governamentais vinculadas às áreas de cultura e turismo, bem como na extração dos valores referentes às dotações iniciais, créditos adicionais e anulações orçamentárias. Para garantir maior confiabilidade analítica, os dados foram organizados em planilhas e sistematizados por exercício financeiro, permitindo a comparação entre os anos analisados e a identificação de variações relevantes na alocação dos recursos públicos.

Inicialmente, buscou-se verificar as ações governamentais presentes na LOA que estão correlacionadas com a área da cultura e turismo (I). Para tal, recorreu-se à classificação funcional da despesa pública, que esclarece em qual área de atuação governamental a despesa será realizada, segmentando-a em funções e subfunções prefixadas, e à classificação programática da despesa pública, que examina a finalidade dos gastos, ou seja, o que se pretende alcançar com a implementação da Política Pública (MTO, 2020).

$$\text{Valor total autorizado por exercício} = I + II - III \quad (1)$$

Posteriormente, foram investigadas as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, caracterizadas por créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários (II). Por fim, foi determinado o total de créditos que foram anulados discricionariamente pelo chefe do poder executivo municipal (III). Com base nos dados I, II e III, foi possível determinar o valor total autorizado por exercício (IV), conforme a formulação 1 abaixo, o qual revela o investimento governamental em cultura e turismo pela PMCG:

A etapa de análise dos dados envolveu a interpretação conjunta das informações orçamentárias e do referencial teórico, permitindo discutir a relação entre planejamento público, execução orçamentária e desenvolvimento local. A triangulação entre dados documentais, análise quantitativa dos valores e interpretação qualitativa das ações governamentais possibilitou maior robustez aos resultados e contribuiu para compreender como as decisões orçamentárias impactam a implementação das políticas públicas culturais e turísticas.

A metodologia adotada neste estudo permitiu uma análise robusta e sistemática do investimento público em cultura e turismo pelo município de Campina Grande. A combinação de dados secundários extraídos do SAGRES e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) possibilitou uma avaliação abrangente das dotações orçamentárias, das execuções financeiras e dos ajustes realizados ao longo dos exercícios de 2022 e 2023. A utilização das classificações funcional e programática das despesas públicas assegurou uma compreensão detalhada das áreas de atuação e dos objetivos das políticas implementadas. Adicionalmente, a análise dos créditos adicionais e das anulações discricionárias contribuiu para identificar variações e ajustes orçamentários relevantes. Esse rigor metodológico foi fundamental para determinar o valor total autorizado por exercício, oferecendo uma visão clara e precisa do investimento governamental

em cultura e turismo e permitindo a avaliação da efetividade das políticas públicas na promoção dessas áreas.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise dos dados sobre as dotações orçamentárias e os créditos adicionais para as áreas de cultura e turismo na Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) – Paraíba - Brasil revela aspectos relevantes da gestão dos recursos públicos e da implementação de políticas públicas. Conforme discutido na fundamentação teórica, as ações governamentais devem refletir claramente as operações que resultam em produtos (bens ou serviços) e permitem verificar a finalidade dos gastos, ou seja, o que se pretende alcançar com a implementação da política pública.

Nesse sentido, o Quadro 1 apresenta as ações governamentais direcionadas às áreas de cultura e turismo identificadas nas Leis Orçamentárias Anuais, permitindo visualizar a estrutura programática adotada pela gestão municipal. No campo da cultura, destacam-se ações voltadas à recuperação e manutenção do Museu Vivo, à realização e apoio a eventos e atividades artístico-culturais, à modernização e implantação de espaços culturais e às ações do Fundo Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural. Já na área do turismo, o quadro evidencia iniciativas relacionadas à infraestrutura para realização de eventos, à promoção do destino turístico Campina Grande, ao fomento institucional e ao desenvolvimento do Plano de Turismo e Economia Criativa.

Quadro 1.

Ações governamentais direcionadas as áreas da cultura e turismo

Recuperação e manutenção do Museu Vivo	Cultura
Realização e apoio a eventos, projetos e atividades artísticas-culturais	
Manutenção e Modernização dos Espaços Públicos Culturais	
Construção, Implantação e Manutenção de Espaços Públicos Culturais	
Ações do Fundo Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural	
Infraestrutura para Realização de Eventos	Turismo
Ações de Promoção do destino turístico Campina Grande	

Ações de fomento institucional para desenvolvimento	
Plano de Turismo e Economia Criativa	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados extraídos das Leis Orçamentárias da PMCG e do Portal Sagres do TCE-PB.

Os dados indicam que a PMCG destinou recursos significativos para esses setores em 2022 e 2023. No primeiro ano, foram identificadas 209 ações governamentais (5 de cultura e 4 de turismo), distribuição que se manteve em 2023. Contudo, é imperativo observar que um maior número de ações não é sinônimo de maior volume de recursos; a concentração de verba em poucas ações pode sinalizar uma priorização de grandes eventos em detrimento de uma descentralização das políticas culturais.

No que se refere às dotações iniciais, a cultura apresentou aumento significativo, passando de R\$ 2,5 milhões em 2022 para R\$ 6,25 milhões em 2023, o que representa crescimento aproximado de 150%. A área do turismo também registrou ampliação de recursos, evoluindo de R\$ 5,35 milhões para R\$ 6,79 milhões no mesmo período, com incremento de cerca de 27%. Esse comportamento evidencia maior priorização orçamentária da cultura no período analisado, ainda que ambas as áreas tenham apresentado expansão de recursos, reforçando o reconhecimento do potencial econômico e social desses setores para o desenvolvimento local.

A utilização de créditos adicionais evidencia a flexibilidade da gestão orçamentária municipal, permitindo ajustes ao planejamento inicial diante de demandas emergentes ou da necessidade de reforço financeiro em ações estratégicas. Em 2022, foram adicionados R\$ 870 mil ao orçamento da cultura, valor que aumentou para R\$ 4,5 milhões em 2023. Na área do turismo, os créditos adicionais totalizaram R\$ 2,03 milhões em 2022 e R\$ 3,18 milhões em 2023. Esses dados sugerem que parte significativa das ações foi operacionalizada por meio de readequações orçamentárias ao longo do exercício, indicando tanto capacidade de adaptação da gestão pública quanto possíveis limitações do planejamento inicial.

No campo da cultura, as ações governamentais voltadas à realização de eventos, à manutenção de equipamentos culturais e à preservação do patrimônio dialogam com o que aponta Matos (2019), ao destacar a relevância das iniciativas culturais para a valorização da diversidade e para o fortalecimento da economia local. De forma complementar, as ações vinculadas ao Fundo Municipal de Cultura e ao Patrimônio Cultural refletem a importância da

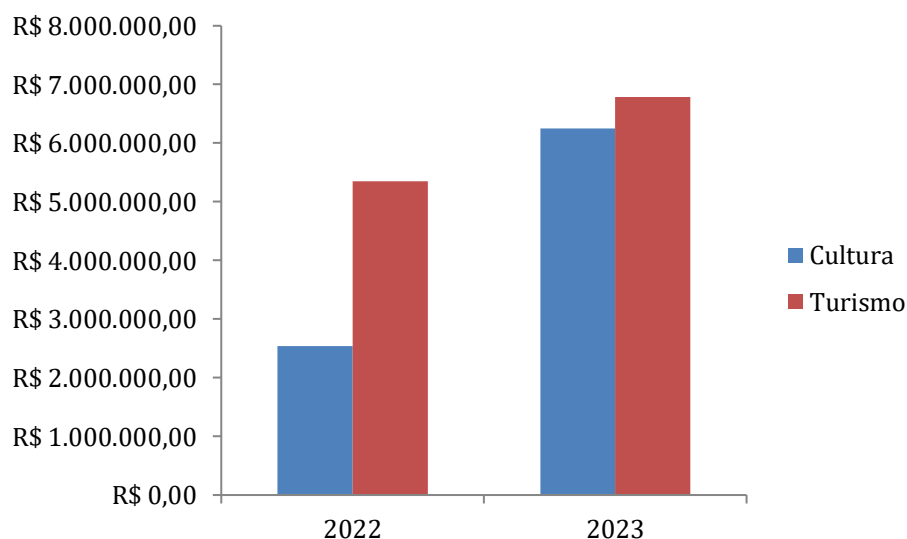
preservação do patrimônio cultural imaterial, conforme discutido por De Lima (2024), ao enfatizar o papel das políticas públicas na manutenção das identidades culturais e na promoção do desenvolvimento territorial.

No que se refere ao turismo, os investimentos em infraestrutura para eventos e na promoção do destino Campina Grande revelam-se estratégicos para a dinamização econômica do município. Essas ações convergem com a análise de De Lima (2024), que ressalta a importância da promoção turística e das parcerias institucionais para ampliar a atratividade dos destinos e consolidar sua inserção no mercado turístico cultural.

Por fim, observa-se que a quantidade de ações governamentais pode variar entre os exercícios financeiros em função de revisões das políticas públicas, alterações nas prioridades governamentais e mudanças na conjuntura econômica e social. Contudo, o volume de recursos alocados não está necessariamente associado ao número de ações previstas, sendo possível a existência de poucas ações com elevado montante financeiro ou, ao contrário, diversas iniciativas com recursos limitados. Assim, o montante total de recursos destinados às áreas de cultura e turismo no orçamento da PMCG pode ser melhor visualizado no Gráfico 1, que sintetiza a distribuição dos investimentos no período analisado.

Gráfico 1.

Total dos créditos orçamentários destinados pela PMCG às ações governamentais direcionadas as áreas da cultura e turismo.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados extraídos das Leis Orçamentárias da PMCG e do Portal Sagres do TCE-PB.

A comparação das dotações iniciais e dos créditos adicionais entre os anos de 2022 e 2023, conforme mostrado nos gráficos 1 e 2, revela um aumento significativo nos recursos destinados à cultura, com um crescimento de 150%. Esse aumento está alinhado com o impacto econômico positivo dos festejos juninos, que, segundo Matos (2019), constituem um importante motor do desenvolvimento local. Em contrapartida, as dotações destinadas ao turismo apresentaram crescimento mais moderado, o que pode indicar uma priorização orçamentária voltada para a cultura ou ajustes nas expectativas de demanda.

A utilização de créditos adicionais para financiar novas iniciativas culturais e turísticas, como apontado por Restelli (2022), demonstra a flexibilidade necessária para atender a imprevistos e novas demandas. No entanto, a anulação de parte desses créditos, evidenciada no quadro 2, levanta questões sobre a eficiência e a precisão do planejamento orçamentário inicial. Silva *et al.* (2023) destacam a importância de um planejamento rigoroso para minimizar a necessidade de ajustes frequentes.

A discricionabilidade do gestor público em anular créditos constitui prerrogativa legal, mas deve ser analisada no contexto do impacto das políticas públicas. A alocação adequada e o uso eficiente dos recursos são cruciais para maximizar os benefícios sociais e econômicos, conforme destacado por Grateron (1999). A análise da PMCG demonstra um esforço significativo para equilibrar a necessidade de promover eventos culturais de grande porte, como o São João de Campina Grande, com a gestão eficaz dos recursos públicos.

Além disso, a análise orçamentária evidencia a importância de um planejamento estratégico contínuo e sustentável, como discutido por De Lima (2024). As políticas públicas devem focar não apenas na realização anual dos eventos, mas também em programas de capacitação e suporte aos empreendedores locais, além de medidas voltadas à preservação ambiental e à sustentabilidade em longo prazo.

Em síntese, a análise dos dados orçamentários da PMCG, articulada às discussões teóricas, confirma a importância do turismo e da cultura como motores do desenvolvimento local. Os investimentos em infraestrutura cultural e turística, a promoção da cidade como destino e a preservação do patrimônio cultural constituem estratégias que fortalecem a identidade regional e impulsionam a economia local. A gestão eficiente do orçamento público, pautada em planejamento detalhado e flexível, é essencial para garantir que os recursos sejam

utilizados de modo a maximizar o benefício social e econômico, refletindo as prioridades de uma sociedade democrática e promovendo o desenvolvimento sustentável.

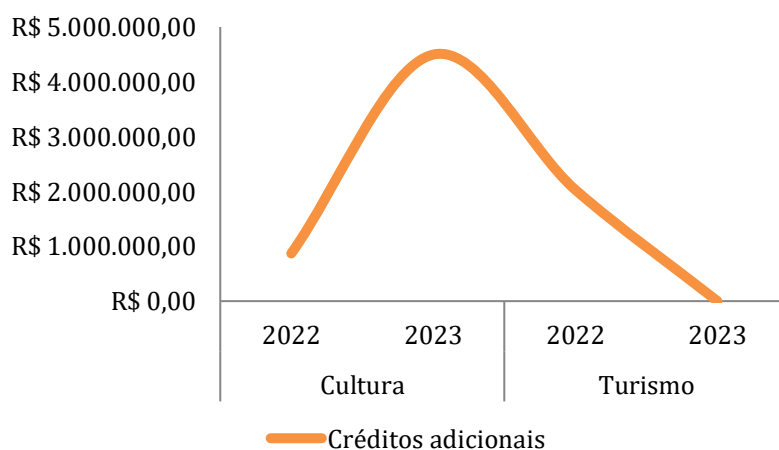
No que se refere à cultura, a PMCG investiu R\$ 2,5 milhões em 2022. A ação governamental com maior volume de recursos autorizados foi "Realização e apoio a eventos, projetos e atividades artísticas-culturais", totalizando R\$ 580.000,00. As "Ações do Fundo Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural" receberam a menor destinação, totalizando R\$ 350.000,00. O aumento significativo de um exercício para outro nessa área, cerca de 246%, totalizou R\$ 6.250.000,00 em 2023.

Diferentemente da área da cultura, as ações governamentais direcionadas ao turismo apresentaram crescimento mais moderado, totalizando R\$ 5.351.000,00 em 2022 e R\$ 6.790.000,00 em 2023.

Além das dotações iniciais, a administração pública utilizou créditos adicionais como mecanismo de ajuste orçamentário. Em 2022, foram adicionados R\$ 870 mil ao orçamento da cultura, valor que aumentou para aproximadamente R\$ 4,5 milhões em 2023. Para o turismo, os créditos adicionais totalizaram R\$ 2,03 milhões em 2022 e R\$ 3,18 milhões em 2023, conforme demonstrado no Gráfico 2. Esses dados evidenciam a flexibilidade da gestão orçamentária para responder a demandas emergentes, especialmente em setores dinâmicos como cultura e turismo.

Gráfico 2.

Total dos créditos adicionais destinados pela PMCG às ações governamentais direcionadas as áreas da cultura e turismo.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados extraídos das Leis Orçamentárias da PMCG e do Portal Sagres do TCE-PB.

A utilização de créditos adicionais evidencia a necessidade de ajustes ao longo da execução orçamentária, permitindo o financiamento de novas iniciativas e o atendimento de demandas não previstas no planejamento inicial. Contudo, a posterior anulação de parte desses créditos revela desafios relacionados à precisão do planejamento e à gestão dos recursos públicos, conforme discutido por Restelli (2022) e Silva *et al.* (2023).

No caso da cultura, foram adicionados ao orçamento aproximadamente R\$ 2,8 milhões, sendo R\$ 870 mil no exercício de 2022 e cerca de R\$ 2 milhões em 2023, mantendo-se a tendência de crescimento observada também nas dotações iniciais aprovadas. Em contrapartida, a área do turismo registrou redução nos créditos adicionais entre os exercícios analisados, em torno de 29%, indicando dinâmica distinta na execução orçamentária dos setores. Em áreas dinâmicas como cultura e turismo, é comum que novas demandas, projetos e oportunidades surjam após a aprovação do orçamento anual, tornando os créditos adicionais instrumentos importantes para viabilizar iniciativas emergentes, ampliar a inovação e diversificar a oferta de atividades culturais e turísticas. Além disso, o aumento do fluxo de visitantes e a necessidade de melhorias na infraestrutura justificam, em muitos casos, a abertura desses créditos ao longo do exercício fiscal.

Considerando conjuntamente as dotações iniciais e os créditos adicionais, observa-se que a PMCG destinou volume significativo de recursos às ações governamentais voltadas à cultura e ao turismo, sobretudo no exercício de 2023. Entretanto, a anulação parcial desses créditos pode ter limitado a execução de determinadas políticas públicas nessas áreas. Conforme argumenta Restelli (2022), a flexibilidade proporcionada pelos créditos adicionais é essencial para responder a imprevistos e novas demandas; contudo, Silva *et al.* (2023) alertam que ajustes recorrentes podem sinalizar fragilidades no planejamento orçamentário inicial. Nesse sentido, embora a discricionariedade do gestor público para abertura e anulação de créditos constitua prerrogativa legal (Grateron, 1999), sua aplicação deve ser analisada à luz dos impactos produzidos sobre as políticas públicas, considerando que a alocação eficiente dos recursos é fundamental para maximizar resultados sociais e econômicos.

A análise da execução orçamentária da PMCG demonstra, ainda, o esforço da gestão municipal em conciliar a promoção de eventos culturais de grande porte, como o São João de Campina Grande, com a utilização racional dos recursos públicos. Nesse contexto, as políticas públicas não devem se restringir à realização anual de eventos, mas também contemplar ações

estruturantes, como programas de capacitação, apoio aos empreendedores locais e iniciativas voltadas à preservação ambiental e à sustentabilidade de longo prazo.

Assim, a análise dos dados orçamentários da PMCG, articulada às discussões teóricas, confirma a relevância da cultura e do turismo como vetores estratégicos do desenvolvimento local, conforme De Lima (2024). Os investimentos em infraestrutura cultural e turística, a promoção da cidade como destino e a preservação do patrimônio cultural constituem estratégias que fortalecem a identidade regional e impulsionam a economia local. Nesse cenário, a gestão eficiente do orçamento público, baseada em planejamento detalhado e flexível, torna-se essencial para assegurar que os recursos sejam utilizados de forma a maximizar os benefícios sociais e econômicos, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Por fim, a análise dos dados orçamentários torna-se mais clara quando articulada ao Quadro 2, que apresenta, de forma consolidada, as dotações iniciais, os créditos adicionais, os créditos anulados e o valor total autorizado para as áreas de cultura e turismo nos exercícios de 2022 e 2023. A inserção desse quadro permite compreender não apenas os valores originalmente previstos, mas também a dinâmica dos ajustes realizados durante a execução orçamentária.

Quadro 2.

Dotações iniciais, adicionais e anuladas; e valor total autorizado para as áreas da cultura e turismo

	Cultura		Turismo	
	2022	2023	2022	2023
Dotação orçamentária aprovada na LOA (I)	R\$ 2.535.000,00	R\$ 6.250.000,00	R\$ 5.351.000,00	R\$ 6.790.000,00
Créditos adicionais (II)	R\$ 870.000,00	R\$ 4.497.404,47	R\$ 2.030.200,00	R\$ 3.185.000,00
Créditos Anulados (III)	R\$ 1.845.669,30	R\$ 1.828.800,00	R\$ 1.266.000,00	R\$ 2.804.800,00
Valor total autorizado por exercício (I+II-III)	R\$ 1.446.669,30	R\$ 8.918.604,47	R\$ 6.115.200,00	R\$ 7.170.200,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados extraídos das Leis Orçamentárias da PMCG e do Portal Sagres do TCE-PB.

Conforme evidenciado no Quadro 2, observa-se que a área da cultura apresentou aumento expressivo entre os exercícios analisados, tanto nas dotações iniciais quanto no valor

total autorizado, resultado da ampliação dos créditos adicionais em 2023. Esse comportamento reforça a centralidade das ações culturais no planejamento orçamentário municipal, especialmente em um contexto marcado pela realização de grandes eventos culturais, que demandam maior capacidade de financiamento e ajustes ao longo da execução fiscal.

Na área do turismo, embora também se verifique crescimento nas dotações iniciais, o volume de créditos anulados foi proporcionalmente mais elevado, reduzindo parcialmente o impacto da ampliação de recursos prevista para o setor. Tal dinâmica evidencia que, apesar do incremento orçamentário inicial, ocorreram ajustes durante a execução do orçamento, o que pode refletir alterações nas prioridades administrativas, readequações operacionais ou mudanças na demanda por determinadas ações governamentais.

A alocação adequada e o uso eficiente dos recursos públicos são elementos essenciais para maximizar os benefícios sociais e econômicos, sobretudo em áreas estratégicas como cultura e turismo, que contribuem para a geração de emprego, o fortalecimento da identidade regional e a dinamização da economia local. Nesse sentido, ao correlacionar o Quadro 2 com o Quadro 1, percebe-se que os ajustes financeiros realizados ao longo do exercício fiscal influenciam diretamente a implementação das ações governamentais previamente planejadas, demonstrando que a gestão orçamentária se caracteriza por um processo dinâmico e adaptativo, e não estático.

A análise integrada dos quadros permite compreender como o planejamento inicial foi ajustado ao longo da execução orçamentária, evidenciando a importância do monitoramento contínuo dos recursos públicos para garantir maior efetividade das políticas públicas voltadas à cultura e ao turismo. A discricionariedade para abertura e anulação de créditos orçamentários constitui prerrogativa legal do chefe do Poder Executivo municipal; entretanto, sua utilização deve ser analisada à luz dos impactos sobre a execução das ações previstas e sobre os resultados esperados das políticas públicas.

Os investimentos nessas áreas não apenas enriquecem a vida cultural e social da comunidade, mas também promovem o desenvolvimento econômico local, ao estimular a geração de empregos, atrair visitantes e fortalecer a imagem do município enquanto destino cultural e turístico. A análise do Quadro 2 evidencia um aumento significativo dos recursos destinados à cultura, demonstrando compromisso crescente com o desenvolvimento cultural. Em contrapartida, a redução dos créditos adicionais destinados ao turismo pode indicar uma

priorização estratégica da gestão pública ou ajustes relacionados às expectativas de execução das ações previstas.

Dessa forma, a gestão eficiente dos recursos públicos, aliada a um planejamento detalhado e flexível, revela-se fundamental para potencializar os benefícios sociais e econômicos das políticas públicas, refletindo as prioridades estabelecidas no âmbito da gestão municipal e contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável.

4.1 Achados empíricos da pesquisa

Os achados empíricos desta pesquisa decorrem da análise das dotações iniciais aprovadas na LOA, dos créditos adicionais e das anulações orçamentárias relativos às ações governamentais direcionadas às áreas de cultura e turismo em Campina Grande, no período de 2022 e 2023, com base nos registros do SAGRES/TCE-PB e nas Leis Orçamentárias Anuais do município. Os resultados sugerem que a realização de eventos culturais de grande escala amplia a necessidade de adaptações orçamentárias ao longo do exercício fiscal, indicando que a gestão municipal opera sob maior flexibilidade financeira, reconfigurando parcialmente a lógica tradicional do planejamento orçamentário.

Esses dados permitiram identificar, de um lado, as prioridades formalmente estabelecidas no planejamento orçamentário e, de outro, as alterações realizadas durante a execução, evidenciando a dinâmica de ajustes no ciclo orçamentário local (Santos, Ventura & Neto, 2017; Giacomoni, 2021; Giori, 2021).

Em termos de alocação inicial, verificou-se que a cultura apresentou crescimento expressivo nas dotações aprovadas entre 2022 e 2023, enquanto o turismo registrou aumento mais moderado. À luz da literatura, esse comportamento é consistente com a relevância atribuída aos festejos juninos para o desenvolvimento local e para a economia urbana de Campina Grande, considerando que o “Maior São João do Mundo” mobiliza infraestrutura, serviços e cadeias produtivas relacionadas ao turismo e à cultura (Maracajá *et al.*, 2025; Matos, 2019; De Menezes, 2012; Dos Santos *et al.*, 2021; Flores & Bem, 2021; Hall, 2008). Assim, os dados orçamentários sugerem que a gestão municipal tende a reforçar a dimensão cultural como eixo estruturante da política pública local, em convergência com o papel desses eventos como motor socioeconômico, geração de renda e fortalecimento identitário (Lima *et al.*, 2021; Maracajá, de Farias Coutinho & Perinotto, 2023).

No que se refere aos créditos adicionais, os dados evidenciam que a execução orçamentária foi marcada por ajustes relevantes ao longo do exercício, com abertura de créditos para suplementar dotações inicialmente previstas. Tal resultado dialoga com a compreensão de que o orçamento público ultrapassa a função de previsão de receitas e despesas, operando como ferramenta de gestão e decisão, inclusive no contexto de políticas públicas setoriais (Jambersi & Oliveira, 2020; Brusa, 2008). Ademais, a própria lógica do orçamento por programas reforça que a alocação deve estar vinculada às prioridades e aos resultados esperados, conferindo maior racionalidade ao gasto público (Lourenço *et al.*, 2017; Wildavsky & Caiden, 2004; De Lima & De Souza, 2015). Nesse contexto, a utilização de créditos adicionais pode ser interpretada como mecanismo de adaptação a demandas emergentes e insuficiências de dotação, conforme apontado por Restelli (2022), embora a literatura também alerte que a recorrência desse instrumento pode sinalizar fragilidades no planejamento inicial (Silva *et al.*, 2023; Fozzard, 2001).

Outro achado relevante refere-se às anulações de parte dos créditos orçamentários autorizados. Do ponto de vista empírico, esse comportamento indica que a autorização formal de recursos não se converte necessariamente em disponibilidade final para execução, o que impacta a capacidade de implementação de políticas públicas nas áreas analisadas. À luz do debate teórico, a anulação de créditos é juridicamente possível dentro do ciclo orçamentário e integra a gestão fiscal, mas sua ocorrência precisa ser analisada em termos de efetividade e eficiência, uma vez que a gestão orçamentária deve maximizar o benefício social e econômico decorrente da aplicação dos recursos (Grateron, 1999; Caiden & Wildavsky, 2004; Diamond, 2006). Além disso, em políticas associadas a eventos culturais e turísticos, a previsibilidade e a continuidade do financiamento contribuem para melhor planejamento, qualificação de serviços e fortalecimento de cadeias produtivas locais (De Lima, 2024; Getz, 2008; Lima, 2018).

No tocante ao componente qualitativo indicado na metodologia, a evidência empírica qualitativa do estudo está ancorada na interpretação documental das peças orçamentárias e dos registros do SAGRES, permitindo compreender (i) como as ações foram classificadas e vinculadas a funções/subfunções e programas, e (ii) como a execução sofreu ajustes por suplementação e anulação. Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa baseada em análise documental, voltada à compreensão do conteúdo, da organização e das escolhas de política pública expressas nos instrumentos orçamentários, em consonância com a perspectiva

de controle social e transparência que tais ferramentas podem promover (Angélico, 2012; Campos & Pradhan, 2007; Da Silva, Amorim & Da Mota Pacheco, 2024). Assim, a articulação quali-quantitativa se concretiza pela combinação entre (a) mensuração de valores orçamentários autorizados/ajustados (dimensão quantitativa) e (b) leitura interpretativa das ações e dos mecanismos de ajuste do orçamento público (dimensão qualitativa), superando uma abordagem meramente prescritiva.

Em síntese, os achados empíricos indicam que o orçamento municipal de Campina Grande incorpora a cultura e o turismo como áreas estratégicas, com maior ênfase na cultura, e que a execução orçamentária se apoia em mecanismos de ajuste (créditos adicionais e anulações) que reconfiguram a capacidade de implementação das políticas ao longo do exercício. Esse resultado reforça a importância de planejamento orçamentário mais robusto e de mecanismos de transparência e monitoramento para assegurar que a alocação de recursos em cultura e turismo, setores diretamente relacionados ao desenvolvimento local, se converta em efetividade de políticas públicas e benefícios socioeconômicos sustentáveis (Meneses, 2023; Moore, 1995; De Lima, 2024; Hall, 2008).

5. CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar o investimento governamental em cultura e turismo pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, com base na análise técnica orçamentária. A pesquisa visou responder à problemática de como esses investimentos impactam o desenvolvimento local e quais são os principais desafios enfrentados na gestão dos recursos públicos nessas áreas.

A análise revelou que a cultura recebeu aumento significativo nos recursos destinados, passando de R\$ 2,5 milhões em 2022 para R\$ 6,25 milhões em 2023, o que representa crescimento de aproximadamente 150%. Esse incremento reflete o reconhecimento da importância das iniciativas culturais para a preservação da identidade local e para o fortalecimento da economia. As ações governamentais direcionadas à cultura, como a realização de eventos e projetos artístico-culturais, apresentaram expansão dos investimentos, evidenciando a valorização e a promoção da cultura regional.

Em relação ao turismo, embora tenha sido observado crescimento nos recursos destinados entre os exercícios analisados, também se identificaram anulações de créditos

orçamentários. Essa situação pode limitar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao setor, indicando a necessidade de reavaliação das estratégias de alocação de recursos. O turismo constitui uma atividade dinâmica que requer investimentos contínuos para acompanhar as demandas do mercado e proporcionar experiências de qualidade aos visitantes.

Os achados empíricos indicam que a gestão dos recursos públicos em Campina Grande tem buscado equilibrar o desenvolvimento cultural e turístico, apesar das limitações enfrentadas. A anulação de parte dos créditos adicionais destinados à cultura e ao turismo, embora seja uma prerrogativa legal do gestor público, suscita reflexões acerca da eficiência do planejamento orçamentário inicial e a capacidade de resposta a novas demandas e imprevistos.

No entanto, uma das limitações do estudo foi a falta de dados mais detalhados sobre o impacto direto dos investimentos nas áreas de cultura e turismo na economia local e na qualidade de vida da população. Além disso, a análise orçamentária isolada pode não captar todas as nuances e efeitos indiretos dessas políticas públicas.

Para futuras pesquisas, sugere-se um aprofundamento da avaliação dos impactos socioeconômicos dos investimentos em cultura e turismo, utilizando métodos quantitativos e qualitativos. Estudos longitudinais podem oferecer compreensão mais abrangente dos benefícios a longo prazo dessas políticas. Ademais, seria relevante investigar a percepção da população local e dos turistas sobre as iniciativas culturais e turísticas, bem como a eficiência das ações governamentais na promoção do desenvolvimento sustentável.

Conclui-se que o investimento governamental em cultura e turismo desempenha papel fundamental no fortalecimento da identidade cultural, na geração de empregos, no estímulo à economia local e na promoção do desenvolvimento social e econômico. Contudo, para que essas áreas recebam os investimentos necessários e possam contribuir de forma significativa para o progresso da cidade e o bem-estar de sua população, faz-se necessário o contínuo aprimoramento da gestão e do planejamento dos recursos públicos.

REFERÊNCIAS

- Allen, R., & Tommasi, D. (Eds.). (2001). *Managing Public Expenditure: A Reference Book for Transition Countries*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264193307-en>
- Amparo, P. P. D. (2014). Os desafios a uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. *Interações (Campo Grande)*, 15, 175-192. <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100016>
- Angélico, F., & Teixeira, M. A. C. (2012). Acesso à Informação e Ação Comunicativa: Novo Trunfo para a Gestão Social. *Desenvolvimento em Questão*, 10(21), 7-27. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2012.21.7-27>
- Behn, R. (2001). *Rethinking Democratic Accountability*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.
- Brusa, L. (2008). *Gestão Orçamentária*. Atlas.
- Caiden, N., & Wildavsky, A. (2004). *Planning and Budgeting in Poor Countries*. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers.
- Campos, J. E., & Pradhan, S. (2007). Budgetary Institutions and Expenditure Outcomes. In: SHAH, A. (Ed.). *Budgeting and Budgetary Institutions*. Washington, DC: World Bank., 437-464.
- Castelo, S. L. (2021). *A influência das reformas administrativas nas organizações públicas: Mecanismos de melhoria do desempenho governamental*. Tese (Doutorado em Administração Pública) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Cavalcanti, R. C. T., de Lima, M. P., Marques, K. D. S., do Nascimento, J. C. A., & de Oliveira, A. M. (2025). A tradição está viva e ao vivo! A experiência do consumidor na festa de São João em Campina Grande. *ReMark-Revista Brasileira de Marketing*, 24(2), e23669-e23669.
- Conti, J. M. (2020). *O planejamento orçamentário da administração pública no Brasil*. Editora Blucher.
- Da Costa, W. P. (2017). Orçamento público: a importância do orçamento participativo na gestão pública. *Revista Controle: Doutrinas e artigos*, 15(2), 210-234.
- Da Rocha, D. G., Marcelino, G. F., & Santana, C. M. (2013). Orçamento público no Brasil: a utilização do crédito extraordinário como mecanismo de adequação da execução

- orçamentária brasileira. *Revista de Administração (São Paulo)*, 48(4), 813-827.
<https://doi.org/10.5700/rausp1123>
- Da Rocha, D. G., Marcelino, G. F., & Santana, C. M. (2013). Orçamento público no Brasil: a utilização do crédito extraordinário como mecanismo de adequação da execução orçamentária brasileira. *Revista de Administração*, 48(4), 813-827.
<https://doi.org/10.5700/rausp1123>
- De Lima Perdigão, J. G., & de Souza Leão, A. L. M. (2015). Dos costumes ao espetáculo: a transformação da festa junina campinense em “o maior São João do mundo”. *Caderno Virtual de Turismo*, 15(1), 52-68.
- De Lima, G. D. F. (2024). Percepção da qualidade dos serviços turísticos e das práticas de sustentabilidade no maior São João do Mundo – PB: Uma análise a partir do Tourqual. (Dissertação de mestrado, UFCG).
- De Menezes, L. (2012). Modernização e Hibridismo Cultural nas Festas Juninas. *Revista de Antropologia*, 55(2), 178-193.
- Da Silva, N. W. G., Amorim, P. K. D. F., & da Mota Pacheco, F. A. (2024). Accountability no setor público: uma reflexão para além da prestação de contas e responsabilização. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 7(1).
<https://doi.org/10.61164/rmnm.v7i1.2626>
- De Sousa, A. F. M., Alves, J. M. O., da Silva Oliveira, J. B., & Pereira, V. S. (2019). Orçamento de um Hospital Público Uberlandense e a Assistência à Saúde de 2009 a 2016. *Revista Inovação, Projetos e Tecnologias*, 7(1), 127-141.
<https://doi.org/10.5585/iptec.v7i1.14192>
- De Souza, W. P., de Souza Moret, A., da Costa Matos, G. B., de Sá Medeiros, H., & de Souza, D. B. (2025). Turismo sustentável e políticas públicas na Amazônia:: a invisibilidade científica. *Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade*, 17(1), e170114-e170114.
<https://doi.org/10.18226/21789061.v17ip170114>
- Diamond, J. (2006). *Budget System Reform in Emerging Economies: The Challenges and the Reform Agenda*. IMF Occasional Paper No. 245. Washington, DC: International Monetary Fund.
- Dos Santos, A. F. L., Pereira, S. S., de Oliveira Marinho, J., Barbosa, A. M., & Santos, B. G. (2021). Museus e São João:(Re) pensando o turismo cultural no período junino no

- município de Campina Grande (PB). *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(6), 309-332. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i6.1374>
- Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo. (2019). Eventos realizados no Brasil. Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/06/20/festas-de-sao-joao-sao-apresentadas-para-operadores-de-turismo-internacional/>. Acesso em: 10 de Jun.2024.
- Embratur (2019). *Turismo e Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil*. Embratur.
- Flores, J. Z., & Bem, J. S. (2021). Revitalização do Patrimônio e Desenvolvimento do Turismo Cultural em Porto Alegre [Brasil]: Centro Cultural La Salle como Estudo de Caso. *Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade*, 13(2). <http://orcid.org/0000-0001-5206-5453>
- Fozzard, A. (2001). *he Basic Budgeting Problem: Approaches to Resource Allocation in the Public Sector and their Implications for Pro-Poor Budgeting*. Working Paper 147. London: Overseas Development Institute.
- Galdino, L. C. F., & da Costa, M. L. (2011). Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 6(2). <https://doi.org/10.12660/oit.v6n2.5768>
- Garcia-Macia, M. D. (2023). *The Effects of Inflation on Public Finances*. IMF Notes, No. 2023/001. Washington, DC: International Monetary Fund.
- Getz, D. (2008). Event Tourism: Definition, Evolution, and Research. *Tourism Management*, 29(3), 403-428. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.07.017>
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. Editora Atlas.
- Giacomoni, J. (2021). *Orçamento Público* (18ª ed.). Rio de Janeiro: Atlas.
- Giori, A. G. (2021). O controle interno como ferramenta de Gestão Pública. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, 3(3), 140-158.
- Gomes, A. C. B. (2025). *Para além do São João: potenciais turísticos no distrito de Galante – Campina Grande/PB*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.
- Grateron, I. R. G. (1999). Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. *Caderno de estudos*, 01-18. <https://doi.org/10.1590/S1413-92511999000200002>

- Hall, C. M. (2008). *Tourism Planning: Policies, Processes, and Relationships*. Pearson Education.
- Henisz, W. J. (2002). *Politics and International Investment: Measuring Risks and Correcting Policies to Reduce Them*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Hood, C. (1995). Contemporary Public Management. *Public Policy and Administration*, 10(2), 104-117. <https://doi.org/10.1177/095207679501000208>
- Iaroszeski, C. E. B. (2015). *O controle do orçamento público como instrumento de responsabilidade fiscal e proibidade administrativa*. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.
- Jambersi, K. S., & Oliveira, A. (2020). Orçamento para os direitos das crianças e adolescentes em Curitiba: plano e execução. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 10(1), 223-243. <https://doi.org/10.5102/rbpp.v10i1.6542>
- Jornal da Paraíba (2023). *São João de Campina Grande Aumenta Expectativas para 2024*. Jornal da Paraíba.
- Lima, D. R., Simões, A. F., Mercedes, S. S., & Jacino, R. (2021). A (in) sustentabilidade dos megaeventos: regulação, autorregulação e injustiça ambiental da reciclagem de resíduos nas grandes festas brasileiras. *Revista Geográfica de América Central*, 1(66), 439-477. <https://doi.org/10.15359/rgac.1-66.16>
- Lourenço, R. L., Angotti, M., do Nascimento, J. C. H. B., & Sauerbronn, F. F. (2017). Eficiência do gasto público com ensino fundamental: uma análise dos 250 maiores municípios brasileiros. *Contabilidade Vista & Revista*, 28(1), 89-116.
- Lynn, L. (1996). *Public Management as Art, Science, and Profession*. Chatham, NJ: Chatham House Publishers.
- Maracajá, K. F. B., de Farias Coutinho, R., & Perinotto, A. R. C. (2023). O potencial turístico das expofeiras de caprinos na região do Cariri Paraibano:: um estudo de caso sobre o evento "Bode na rua" na cidade de Gurjão. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, 11(2), 106-125.
- Maracajá, K. F. B., Quadros, V. L., Walkowski, M. D. C., & Panosso, A. (2025). Análise crítica do Programa de Regionalização do Turismo nos planos nacionais de Turismo do

- Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 19, e-3053. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v19.3053>
- Maracajá, K. F. B., de Farias Coutinho, R., & Perinotto, A. (2023). O potencial turístico das expofeiras de caprinos na região do Cariri Paraibano:: um estudo de caso sobre o evento "Bode na rua" na cidade de Gurjão. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, 11(2), 106-125. <https://doi.org/10.26512/rev.cenario.v11i2.51138>
- Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 6. São Paulo: Atlas.
- Matos, T. P. C. (2019). Os festejos juninos como oportunidade de desenvolvimento turístico: maior São João do mundo de Campina Grande. (Dissertação de mestrado, UnB).
- Meneses, L. A. (2023). Novas perspectivas para o controle social dos procedimentos licitatórios sob a óptica da Lei 14.133/2021. (Tcc em Direito, UFC).
- Menezes, M. (2012). A (re) invenção do cotidiano: a transformação de festas populares em evento turístico (estudo de caso do São João de Campina Grande). *CULTUR: Revista de Cultura e Turismo*, 6(1), 105-107.
- Meyers, R. (1994). The Real Bottom Line: Pragmatic Concepts of Budgetary Balance. *Public Budgeting & Finance*, 14(3), 32–45.
- Moore, M. (1995). *Creating Public Value: Strategic Management in Government*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Moynihan, D. (2008). *The Dynamics of Performance Management: Constructing Information and Reform*. Washington, DC: Georgetown University Press.
- Neto, O. A. P., da Cruz, F., Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2007). Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. *Contabilidade Vista & Revista*, 18(1), 75-94.
- Osborne, D., & Gaebler, T. (1993). *Reinventing Government*. Addison-Wesley.
- Page, S., & Connell, J. (2010). *Tourism: A Modern Synthesis (3rd ed.)*. London: Cengage Learning.
- PBTUR - Empresa Paraibana de Turismo S/A. (2021). Disponível em: <https://www.pbtur.pb.gov.br/2022/06/09/pbtur-traz-influenciadora-digital-para-conhecer-e-divulgar-maior-sao-joao-do-mundo-cabaceiras-e-cidades-do-brejo/> Acesso em: 10 de Jun.2024.

- Pbtur (2021). *Relatório Anual de Turismo na Paraíba*. Pbtur.
- Polzer, T., Adhikari, P., Nguyen, C. P., & Gårseth-Nesbakk, L. (2021). Adoption of the International Public Sector Accounting Standards in emerging economies and low-income countries: a structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 35(3), 309-332. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-01-2021-0006>
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, 2024. Disponível em: <<https://omaiorsjdomundo.com.br>>. Acesso em: 04 jun. 2024.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, 2025. Disponível em: <<https://omaiorsjdomundo.com.br>>. Acesso em: 23 fev. 2026.
- Prefeitura Municipal de Campina Grande. Lei Orçamentária Anual (LOA) do município de Campina Grande - 2022.
- Prefeitura Municipal de Campina Grande. Lei Orçamentária Anual (LOA) do município de Campina Grande - 2023.
- Prodanov, C. C., & De Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico (2. ed.)*. Novo Hamburgo: Editora Feevale.
- Quinn, B. (2005). Arts festivals and the city. *Urban Studies*, 42(5-6), 927-943. <https://doi.org/10.1080/00420980500107250>
- Restelli, L. (2022). Orçamento público e os cidadãos: uma revisão de literatura. *Revista Científica Núcleo do Conhecimento*. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br>. Acesso em: 02 mai. 2024.
- Santos, A., Ventura, M., & Neto, L. (2017). PPA, LDO e LOA: disfunções entre o planejamento, a gestão, o orçamento e o controle. *Revista do Serviço Público*, 68(2), 309-332.
- Santos, B. A. N. (2021). Planejamento e orçamento público: uma análise sobre a função cultura no Ceará entre 2016 e 2019. 2021. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Finanças) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

- Santos, E.; Ventura, O.; Neto, R. PPA, LDO e LOA: disfunções entre o planejamento, a gestão, o orçamento e o controle. *Revista do Serviço Público (RSP)*, Brasília, v. 68, n. 2, p. 309-332, abr./jun. 2017.
- Schick, A. (1990) Budgeting for results: Recent developments in five industrialized countries. *Public Administration Review*, 50(1), 26-34.
- Silva, R. R., dos Santos, L. J., de Medeiros, K. Â. M., & Caríssimo, C. R. (2023). Alterações orçamentárias nos municípios que possuem os cinco maiores PIBs do sul de Minas Gerais. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, 24(44), 277-303.
- Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES) Responsável: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) Disponível em:
<https://sagresonline.tce.pb.gov.br/>
- Tanzi, V., & Schuknecht, L. (2000). *Public Spending in the 20th Century: A Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods*, 5.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

Maracajá, K. F. B., & Garrido, L. D. (2026). Investimento governamental em cultura e turismo em Campina Grande, Paraíba: o caso do “Maior São João do Mundo”. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 14(1), 1229-1260. DOI 10.21680/2357-8211.2026v14n1ID37901
